

Indefinição dos EUA atrasa acordo

17 MAR 1959

Dúvida Bot

São Paulo — Até que o governo americano defina com mais precisão o Plano Brady (projeto do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, para solucionar o problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo), o comitê de assessoramento dos bancos terá dificuldades em colher a adesão de dois terços das instituições credoras para liberar a segunda parcela de dinheiro novo ao Brasil, no valor de 600 milhões de dólares. Essa segunda parcela está embutida dentro do pacote de dinheiro novo de 5,2 bilhões de dólares acertados entre o Brasil e o comitê de bancos credores em setembro passado.

Mas como havia vinculação desse dinheiro com um empréstimo do Banco Mundial (Bird) ao setor elétrico brasileiro, que foi negado, os 600 milhões de dólares também estavam bloqueados. Houve uma acordo entre o Brasil e os credores, mas o dinheiro não foi liberado, já que simultaneamente ocorreu a mudança de postura do governo

americano em relação à dívida externa dos países em desenvolvimento. "Agora, os bancos aguardam uma definição dos termos do plano para garantir a adesão formal e a liberação da segunda parcela", revelou o presidente do Banco de Tóquio, Toshiro Kobayashi.

DESVINCULAÇÃO

"Os bancos aceitaram desvincular o empréstimo com a linha de financiamento para o setor elétrico brasileiro", afirmou Kobayashi. "Agora estamos em processo de adesão dos bancos aos 600 milhões de dólares, mas está havendo atraso, porque durante esse período de negociação houve a divulgação do Plano Brady". Segundo ele, isso criou um clima de expectativa entre os bancos credores, que desejam ver como o Plano Brady poderá ser posto em prática pelos países industrializados, bancos credores e países devedores. "Afinal, a proposta muda todo o esquema tradicional", acredita Kobayashi.

A dúvida principal dos bancos credores é sobre a aceitação de todos os países desenvolvidos ao plano americano. "Mesmo que para o Brasil não haja uma mudança brusca, os bancos estão relutando na expectativa de aguardar como será o caminho a ser seguido pelo mundo a partir de agora", disse Kobayashi. Já o presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões, afirmou que o plano americano irá beneficiar o Brasil e elogiou a iniciativa do governo dos Estados Unidos.

Segundo Camões, se o Brasil conseguir reduzir a dívida externa em 30 bilhões de dólares no próximo ano, será um grande avanço para o País. Camões confirmou que o programa de conversão de dívida em investimento não está suspenso e que os leilões voltarão a ser realizados assim que os estudos do Banco Central demonstrarem que a base monetária está sob controle. O próximo leilão de conversão, garantiu ele, será realizado mesmo em Fortaleza, na Bolsa de Valores local.